

INTERDISCIPLINARIDADE E SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: ÊNFASE NO ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM DELEGACIAS DE POLÍCIA¹

Michael Hermann Garcia²

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido durante uma experiência profissional dentro de uma delegacia de polícia – instituição esta que, no final da década de 90, passou por várias reformas não só dentro do seu aparato administrativo, mas na sua concepção de como a mesma vê a violência e suas causas. Com esta mudança ocorreu à inclusão dos profissionais não policiais, constituídos em sua maioria por assistentes sociais, que primeiramente não são incorporados nos quadros da polícia estadual, mas fazem parte de um projeto “Programa Delegacia Legal”, que gerou tais modificações dentro do

1 Artigo foi resultado de um estudo monográfico para a obtenção de título da Especialização em Atendimento a Criança e Adolescente Vítima de Violência Doméstica pela PUC – Rio de Janeiro, em 2004. O trabalho foi desenvolvido durante a inserção do autor, como profissional não policial, no Programa Delegacia Legal, lotado em uma das DP’s situadas na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 2004 a 2005. No momento grande parte do seu referencial teórico e metodológico utilizado na dissertação de mestrado em andamento, sob a orientação da Prof^a Dr^a Inaiá Maria Moreira de Carvalho, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Estudo está tendo continuidade em um projeto de pesquisa e extensão coordenado pelo NACPSS – Núcleo de Assessoria e Consultoria em Políticas e Sujeitos Sociais – sob a chancela da UNIME Itabuna. O projeto se intitula “Serviço Social e Interdisciplinaridade presentes no Campos Novos e redimensionados pela Reestruturação Produtiva no Estado da BA”, que tem por objetivo não só levantar e analisar o processo de trabalho dos assistentes sociais inseridos nos campos novos e redimensionados, mas de tentar visualizar a concepção de trabalhos de natureza interdisciplinar na resolução das demandas materializadas pelos usuários que recorrem a estes espaços já mencionados.

2 Assistente social graduado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Especialista em Violência Doméstica pela PUC-Rio de Janeiro, e aluno regular do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. No momento é coordenador acadêmico do Curso de Serviço Social da UNIME Itabuna, além de pertencer ao quadro docente e de ser o coordenador técnico do núcleo de extensão da mesma graduação na mesma IES.

aparato da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Dentro da “delegacia legal” há a constituição de uma equipe de profissionais – policiais ou não – prontos para atender a população que necessita de demandas que ultrapassam a natureza criminal. Este trabalho expõe as formas de inserção dos assistentes sociais – como profissionais não-policiais – nas delegacias de polícia, constituindo em equipes de trabalho coletivo ou não, antes no Rio de Janeiro, e atualmente nos estados da Bahia e de Minas Gerais; fazendo-se comparações e análises sob a perspectiva crítica deste espaço sócio-ocupacional instigante e cheio de conflitos. A metodologia utilizada para a coleta dos dados e sua posterior análise foi de natureza qualitativa com abordagem crítica. Observação participante, diário de campo, análise de documentos, entrevistas e grupos focais foram os procedimentos utilizados nesta pesquisa que ocorreu em 3(três) etapas entre os anos de 2004 a 2010. Quanto aos resultados: pode-se dizer que há um conservadorismo marcante de abordagem estrutural-funcionalista acompanhada de um imperialismo epistemológico dominado pelo campo do Direito positivo. Porém, há relatos de experiências interdisciplinares, críticas e pluralistas nestes espaços de âmbito policial, consolidando o atendimento especializado às vítimas de violência doméstica, unindo as partes sociocriminológica e socioassistencial. O trabalho em equipe interdisciplinar no espaço policial dar a visibilidade profissional e técnica à imagem do assistente social, bem como formata um produto material e imaterial – de toda a equipe – que poderia ser mais efetivo devido à inoperância da rede socioassistencial local.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço social, interdisciplinaridade, violência doméstica, segurança pública

INTERDISCIPLINARY AND SOCIAL SERVICE IN PUBLIC SAFETY POLICY: FOCUS ON SERVICE FOR DOMESTIC VIOLENCE VICTIMS IN POLICE STATION

ABSTRACT

This study was conducted during a professional experience within a police station - institution that, in the late 90s, went

through many reforms not only within its the administrative apparatus, but in his conception of how it views violence and causes. With this change came the inclusion of non-police professionals, consisting largely of social workers who are not embedded in the first frame of the state police, but are part of a project “Programa Delegacia Legal” which spawned such modifications within the apparatus of public safety in the State of Rio de Janeiro. Inside the “delegacia legal “ (legal police station) for the constitution of a team of professionals - police or not - ready to meet the demands of the population that needs that go beyond the criminal. This paper presents the forms of inclusion of social workers - practitioners non-policemen, constituting collective work in teams or not, before the Rio de Janeiro, and currently in the states of Bahia and Minas Gerais; making comparisons and analysis under the critical perspective of the occupational spaces-works accompanied of challenges and conflicts. The methodology used for collect data and its later analysis were qualitative with a critical approach. Participant observation, field diary, document analysis, interviews and focus group interviews were the procedures used in this study occurred in 3 (three) steps between the years 2004 to 2010. Obtained results: it can be said that there is an present conservatism of accompanied structural-functional approach of an imperialistic knowledge dominated by the field of the positive Right. However, there are reports of interdisciplinary experiences, critical and pluralistic context of police in these areas, consolidating the specialized attendance to domestic violence victims, uniting the parties criminological and assistance services. The interdisciplinary teamwork within the police to give visibility to the technical and professional image of social workers as well formatting a material and immaterial product - of all team - what could be more effective due to the ineffectiveness local social assistance network.

KEYWORDS

Social Work, interdisciplinary, domestic violence, public security

Violência doméstica como objeto do serviço social no cotidiano no âmbito policial

A violência em si como objeto, deve-se entender como uma refração da questão social cuja ação do Serviço Social – potencializado por seus meios e instrumentos – gere como produto (em termos de políticas públicas) um contexto de não-violência. Parte do trabalho a ser descrito foi feito durante entre os anos de 2004 a 2005, onde foram observadas várias experiências multi e interdisciplinares no atendimento às vítimas de violência doméstica no âmbito policial. A inserção deste breve estudo nas delegacias de polícia (DP's) foi feita pelo Programa Delegacia Legal³, com a inclusão de profissionais não-policiais⁴, que veio em um momento político vertical e pontual para dar maior qualidade operacional e organizacional dentro dos quadros da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa atual está alocada nos estados da Bahia e de Minas Gerais, analisando a inserção de assistentes sociais em equipes primárias localizadas em delegacias de polícia. O tema sobre violência doméstica, corrente em estudos e intervenções dos assistentes sociais em diversos espaços de trabalho, durante a preparação do corpo policial, dentro da Academia de Polícia⁵, é visto como um fato atípico, diferente dos processos e flagrantes mais corriqueiros que envolvem homicídios, seqüestros, crimes contra o patrimônio e tráfico de entorpecentes.

Embora há a existência de delegacias especializadas ao atendimento à mulher e de proteção à criança e adolescen-

3 O Programa em questão foi colocado na gestão do Governo de Anthony Garotinho no ano de 1999, que modificou a estrutura administrativa das antigas delegacias com um sistema moderno de informatização, interligando as Delegacias Policiais, fornecendo maiores informações para elaboração de um Registro de Ocorrência – RO, mudando o meio, o modo e a prática diária de um plantão policial, interligando com a rede de atendimento sócio-assistencial presente em todo Estado do Rio de Janeiro.

4 Compostos por assistentes sociais e psicólogos, contratados por tempo determinado pelo grupo gestor do Programa “Delegacia Legal”, não fazendo parte do organograma oficial da SESP-RJ (Secretária de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro).

5 ACADEPOL.

te, existem resoluções – presentes em portarias expedidas pelas secretárias de segurança pública na maioria das unidades federativas – que a violência perpetrada contra a mulher, ou a criança e o adolescente poderá ser denunciada em qualquer delegacia de polícia mais próxima da residência da vítima. Nos casos em que a vítima de violência doméstica seja a mulher, a mesma é “bicada”⁶ para a delegacia especializada, que na maioria das vezes fica mais distante de sua residência, sem contar com a dificuldade do transporte coletivo, que é uma das carências em algumas regiões metropolitanas.⁷ Quando esta queixa chega até à triagem, onde se alocam os profissionais não policiais (em sua maioria assistentes sociais), as mulheres abusadas manifestam no seu discurso uma série de conflitos familiares que traduzem um ambiente de alto risco para a mesma e a para sua prole. Muitas vezes são encaminhadas para os policiais responsáveis que, não tendo formação específica, desqualificam o seu discurso, encaminhando a mesma ou para uma delegacia especializada⁸ ou de volta para a sua residência. Tal ocorrência resultava na não formação do Registro de Ocorrência (RO), que iniciaria em uma Verificação Investigativa Preliminar (VIP), que no final resultaria em um inquérito de fato. Subseqüentemente, isto acarreta – até hoje – na existência do subregistro, que compromete a base para a formulação de novas políticas de ações na área de Segurança Pública não só no Estado do Rio de Janeiro, mas nas demais unidades federativas, ou seja, não demonstram a realidade de fato, acarretando na ineficácia destas ações de enfrentamento e combate à violência doméstica.

A violência contra a mulher é a expressão clara e cruel de discriminação que vem sofrendo ao longo dos tempos. Discrimi-

6 A usuária – mulher vítima de violência doméstica – tem o seu discurso ou queixa negada pelo policial, que sugere que a mesma se desloque (com seus próprios recursos) para a delegacia especializada mais próxima.

7 Durante o período da pesquisa dentro do Programa “Delegacia Legal”, observou-se que o tão famoso “*bico*”- jargão utilizado pelos profissionais policiais – possui como vítimas preferenciais as mulheres vítimas de violência doméstica. Muitas até desistiram de fazer a denúncia depois de passaram por esse descrédito.

8 Geralmente DEAM’s – Delegacia Especializada ao Atendimento à Mulher.

nação essa que se traduz em tudo aquilo que é visto pela sociedade como “menor”. É o fenômeno da “*Síndrome do Pequeno Poder*”, que atua sobre as pessoas que não se enquadram no modelo de poder: a mulher, o negro, a criança e o pobre. E, ao contrário, o detentor do poder é branco, macho, rico e adulto. Assim, a menina pobre e negra é considerada como a criatura “menor” da sociedade, e assim, é a de todas a mais discriminada.

A violência contra a mulher, neste sentido, é muito ampla, e vai além das paredes de sua casa. Ela começa a ser discriminada como cidadã por práticas institucionais presentes em nossa sociedade. Ao longo do tempo isso vem sendo disseminado, passando de ser considerado comum, para se perceber como problema social. No Brasil, no final dos anos 70, a partir de movimentos feministas contra assassinatos cometidos contra a mulher em nome da “defesa da honra”, vieram à tona questões como a opressão da mulher na sociedade brasileira, em vários aspectos, além da violência conjugal, como a discriminação no trabalho e o desrespeito ao corpo da mulher.

A violência conjugal é um hábito no cotidiano do casal, que garante ao homem, a cada passo, a cada atitude, um pouco mais de poder sobre a sua mulher. E tal fato é legitimado – mesmo que nebulosamente – pelo corpo que constitui a instituição policial quando se desqualifica a queixa da mulher vítima de violência dentro do espaço policial. Há a necessidade de se mudar a banalização de tal violência do cotidiano dos lares.

Além disso, há alguns fatores importantes que são relevantes como a finalidade e a disponibilidade dos assistentes sociais dentro do espaço – conflituoso – da delegacia de polícia: (a) como profissionais do “acolhimento” no espaço policial, sendo os primeiros a atenderem tais vítimas, buscando a não continuidade do processo de re-vitimização, subsidiando no resgate de seus direitos mais fundamentais, para – depois – procurar a subsequente resolução da parte criminológica de fato, cujo a responsabilidade são dos profissionais policiais, terminando com os posteriores encaminhamentos para a rede sócio-assistencial existente; (b) Dentro do fluxograma do atendimento à tais vítimas, em compa-

ração com os outros Estados da federação analisados neste breve estudo – Minas Gerais e Bahia – os profissionais não policiais ficam no final do processo, ou seja, não fazem o papel no acolhimento, deixando tal função à cargo de um profissional de nível médio; logo após feito o registro de ocorrência, as vítimas são encaminhadas para tais profissionais com a finalidade essencialmente “terapêutica”.⁹ Fato este que reforça uma visão conservadora – das protoformas da profissão – quando se via a violência doméstica como algo “privado”, além de uma disfunção presente dentro da família, em que o elemento que apresentasse a “situação social-problema” fosse não só responsabilizado pela caracterização da natureza do problema, mas que o mesmo fosse o responsável pela sua solução; cabendo ao Serviço Social da orientação para que o indivíduo, metamorfoseado de “cliente” chegasse a ser funcional e ajustado socialmente (Calvacante, 1977).

O serviço social e interdisciplinaridade no âmbito policial

A interdisciplinaridade tem sido considerada como componente-chave na constituição de muitos campos que envolvem profissionais de diferentes áreas frente a temas e problemáticas pluridimensionais. A crítica à fragmentação das ciências contemporâneas, da pulverização e verticalização dos saberes especializados e de suas implicações, vem sendo construída por várias perspectivas.

Sendo a Delegacia de Polícia um campo de atuação onde o Direito positivo está muito impregnado desde a primeira formação do aparato público de vigilância e de segurança – vale lembrar Foucault (2003, p.68) quando o mesmo expõe sobre a concepção do inquérito, que tornam as especialidades subalternas e auxiliares diante do conhecimento e interpretações das leis, sob o poder *magno* do Direito. Algumas publicações como Saraleque(1977, p.14) que tratam da segurança pública dizem que tal campo de

9 Dados retirados dos respectivos portais: www.sesp.mg.gov.br e www.ssp.ba.gov.br.

atuação e intervenção – no caso da Delegacia de Polícia – é um dos aparelhos executores, repressores e ideológicos do Estado, e que faz parte da estrutura do mesmo (vertentes contemporâneas mais mecanicistas do marxismo dentro do campo do Direito).¹⁰

O campo policial percebe-se uma espécie de imperialismo epistemológico, pois historicamente tal espaço sócio-ocupacional fez parte de um dos projetos institucionais não democráticos, que interpelam as identidades sociais “compactas” e não pluralistas. É visto o conflito entre os que denotam o poder no ápice desta hierarquia – os Delegados de Polícia – e os demais policiais subalternos e colaboradores. Nota-se que com a renovação dos quadros dentro da Polícia Civil, tal conflito tem diminuído, mas ainda é muito presente.¹¹ Esta renovação é materializada por inserção de policiais que possuem formações e experiências anteriores de trabalhos em equipes de diversas naturezas, principalmente nas áreas de saúde e educação.

Mediante a presença marcante do conservadorismo e do imperialismo epistemológico descritos acima, há um mosaico de práticas e de formatação de equipes presentes e inseridas nas delegacias de polícia. Antes de visualizarmos as equipes e suas práticas dentro do âmbito policial, fez-se uma revisão na literatura especializada sobre os níveis de cooperação e coordenação possíveis em diferentes espaços sócio-ocupacionais. Em seguida, algumas dessas relações observadas no campo empírico (as delegacias de polícia) serão comparadas com outros dados coletados em entrevistas e grupos focais, cujos sujeitos da pesquisa – profissionais policiais e não policiais¹² – inseridos em contextos de delegacias de polícia nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais.

10 Podemos dizer da herança dada por Althusser entre às décadas de 60 a 70, e que influenciou – e muito – às ciências sociais no Brasil na autocracia burguesa que imperou de 1964 a 1985.

11 Isto é visto na PCERJ – Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; tal fenômeno nas demais como nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Bahia.

12 No caso deste estudo e por causa da centralidade do tema – os profissionais não-policiais entrevistados são assistentes sociais.

Na literatura especializada (Japiassu, 1976; Sá, 1995; Seiblitiz, 1995; Vasconcelos, 2001) no que acerca sobre os níveis de coordenação e cooperação há algumas definições gerais, em que se têm: (a) As práticas multidisciplinares podem ser caracterizadas por uma gama de campos do saber que propõem-se simultaneamente, mas sem fazer aparecer as relações existentes entre eles. Pode-se dizer que há apenas um só nível, múltiplos objetivos e nenhuma cooperação (SEIBLITZ, 1995, p.36);



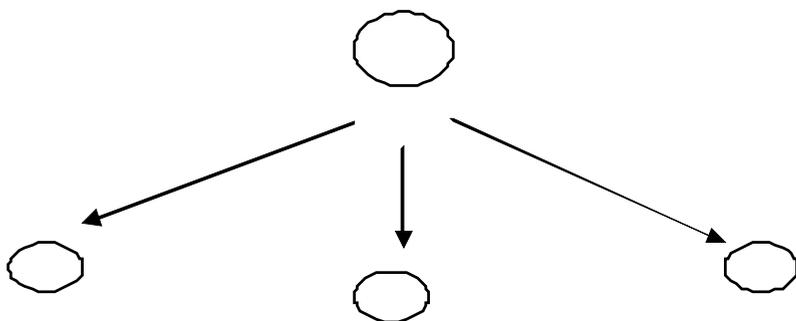
Fonte: Seiblitiz (1995)

(b) As práticas pluridisciplinares podem ser caracterizadas por uma justaposição de diversos campos do saber situados geralmente em um mesmo nível hierárquico e agrupados em um modo em que existam relações entre elas. É um sistema de um só nível e de múltiplos objetivos. Há cooperação, porém nenhuma coordenação (SEIBLITZ, 1995, p. 37);



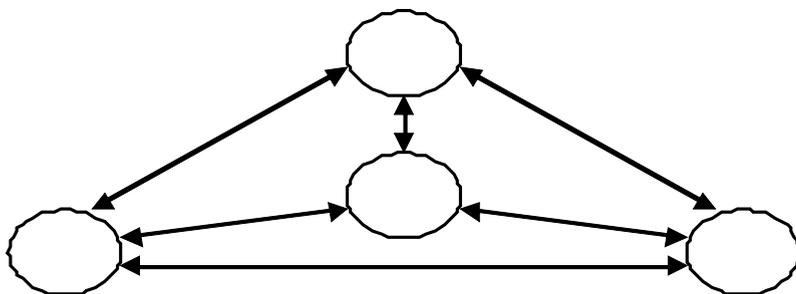
Fonte: Seiblitiz (1995)

(c) As práticas pluri-auxiliares que podem ter sua configuração descrita como a utilização de contribuições de um ou mais campos de saber para o domínio de um deles já existente, que se posiciona como campo receptor e coordenador dos demais. Neste caso há uma tendência ao imperialismo epistemológico. Descrito a grosso modo como um sistema de dois níveis cuja a coordenação e objetivos são hegemonizados pelo campo de saber encampador (VASCONCELOS, 2001, p. 60);



Fonte: Elaboração do próprio autor inspirado segundo a concepção descrita por Vasconcelos(2001).

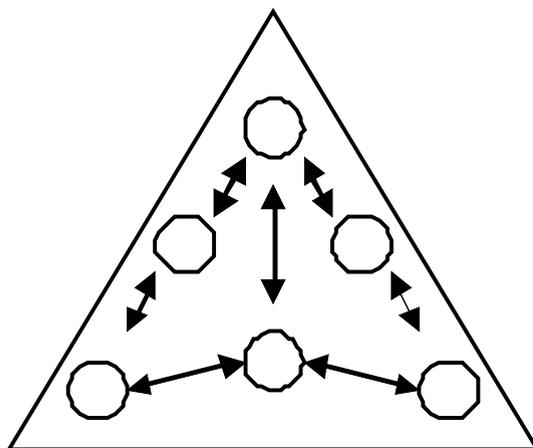
(d) As práticas interdisciplinares podem ser descritas como interações participativas que inclui a construção e pactação de uma axiomática comum a um grupo de campos de saber conexos, definida no nível hierarquicamente superior, introduzindo a noção de finalidade maior que redefine os elementos internos dos campos originais. Pode-se dizer que tais práticas podem ser configuradas em um sistema de dois níveis e objetivos múltiplos, onde a coordenação procede-se de um nível superior, mas a tendência é de horizontalização das relações de poder (SEIBLITZ, 1995, p. 38);



Fonte: Seiblitiz (1995)

(e) Os campos transdisciplinares podem ser descritos como campos de interação de médio e longo prazo que pactuam uma coordenação de todos os campos de saberes individuais e interdisciplinares de um campo mais amplo, sobre a base de uma axiomática geral compartilhada. Há a tendência a uma estabili-

zação e criação de um campo de saber com autonomia teórico-operativa própria. São descritos como sistemas de níveis e múltiplos objetivos, coordenados com vistas a uma finalidade comum dos sistemas com tendências à horizontalização das relações de poder (SEIBLITZ, 1995, p. 38). Este axioma é materializado quando há uma interação de várias equipes interdisciplinares de várias instituições que constituem uma rede socioassistencial de um território, configurando com isso a intersetorialização e a integração das políticas públicas existentes (Garcia, 2010).



Fonte: Seiblitz (1995)

Tal “*olhar-fazer interdisciplinar*” (Sá, 1995; Garcia, 2010) vem da tentativa de um grupo de profissionais comprometidos em solucionar, dinamizar e compartilhar conhecimentos dos mais diversos campos do saber, com a finalidade de alcançar um objetivo em comum. No caso em questão, o objetivo no âmbito policial, é a configuração final do “inquérito ou flagrante fechado”, ou seja, o processo do atendimento conter dados da tríade: vítima(s), acusado(s,as) e evidências materiais¹³.

13 As evidências materiais são aquelas que dão a concretude e o caráter positivo do Direito Criminal, ou seja, a configuração do objeto penal. Se tais evidências fecham o inquérito policial, isto pode determinar se é preciso ou não de outras verificações investigativas preliminares, e que resulta no *auto de prisão em flagrante* e seu subsequente encaminhamento ao Ministério Público e à Vara Criminal correspondente.

As evidências materiais são aquelas que dão a concretude e o caráter positivo do Direito Criminal, ou seja, a configuração do objeto penal. Se tais evidências fecham o inquérito policial, isto pode determinar se é preciso ou não de outras verificações investigativas preliminares¹⁴, e que resulta no *auto de prisão em flagrante*¹⁵ e seu subsequente encaminhamento ao Ministério Público e à Vara Criminal correspondente.

Analisando a bibliografia que acerca sobre o tema “interdisciplinaridade” descrita por Vasconcelos (2001, p. 66), Sá (1995, p. 45) e Seiblitiz (1995, p.32), observam-se que as práticas mais correntes dentro de uma DP são as práticas pluri-auxiliares. Tais práticas são as configurações construídas dentro de um espaço sócio-ocupacional onde a investigação inquisidora, a vigilância e o poder estão muito bem articulados, e que se transformam de acordo com as conjunturas apresentadas no cotidiano. As práticas multi e interdisciplinares surgiram neste contexto, quando o sistema de segurança pública foi colocado em xeque pela sociedade que passou a exigir resultados rápidos e objetivos. Nessa conjuntura o sistema abre as portas para novas metodologias de organização do trabalho.¹⁶

Tais práticas pluri-auxiliares são as mais corriqueiras, pois toda a confecção e configuração do inquérito policial estão centradas na figura do Delegado – que detém a palavra final do dueto saber-poder do qual é mandatário – no qual o mesmo “delega” as atribuições e poderes aos seus subalternos hierárquicos. O imperialismo epistemológico já dito anteriormente é tão somente a subordinação de outros campos do saber diante de um campo

14 Tais procedimentos sem as evidências materiais são denominados como VIP – Verificação Investigativa Preliminar, neste caso o inquérito não está fechado ou concluído, para seu posterior encaminhamento para o MP e para a autoridade judiciária do foro competente.

15 No auto de prisão em flagrante, o acusado fica na sala de custódia na Delegacia Legal correspondente a circunscrição do delito penal em poucas horas até a sua condução à Casa de Custódia intermediária ou Unidade Penitenciária.

16 Com o descrédito do sistema de segurança pública no Estado do RJ, com altas taxas de criminalidade e de pouca resolutividade dos crimes, o Programa Delegacia Legal foi uma das respostas para reverter tal quadro – que está ainda muito longe de ser solucionado.

hegemônico que se apropria de suas contribuições. Neste caso, o Delegado se apropria dos outros saberes de seus subalternos –inclusive dos supervisores de atendimento social¹⁷ - para fechar o inquérito policial em um “pacote” já pré-fabricado e pré-determinado, encaminhado para os canais superiores da justiça.¹⁸ A relação de poder existe nesta prática, e não existirá uma co-responsabilidade, e sim toda a supremacia e total responsabilidade do saber encampador, ou seja, do Delegado, sem compartilhar com demais saberes abaixo do campo hegemônico já instituído.

Um mosaico de práticas e o conservadorismo imperialista presente

Como já foi descrito anteriormente as experiências do “*olhar-fazer interdisciplinar*” de uma determinada equipe de plantão em uma delegacia de polícia, provocou alguns questionamentos na direção de saber qual o entendimento das outras equipes sobre a interdisciplinaridade neste campo uma vez que tudo deve ser pensado e feito de modo a não haver erros. A meticulosidade e a precisão dos dados colhidos são fatores essenciais para se chegar ao sucesso de uma investigação, o objetivo comum que todos esperam: o inquérito fechado, com as vítimas socorridas e com a imputação penal ou não dos possíveis culpados. Será que estavam tendo o “*olhar*” e o “*fazer*”, considerando a interdisciplinaridade.

Para alcançar tal intento seguimos alguns procedimentos metodológicos utilizados: observação não participante; observação participante; grupo focal; e entrevistas semi-estruturadas. Parafraseando Silva&Milito(1995), em primeira mão, fez-se uma observação

17 Há delegados – os que recorrem a tal prática pluri-auxiliar – que desconhecem a atuação dos Supervisores de Atendimento Social. Para os mesmos tal profissional só tem a sua atuação no atendimento ao público apenas. E muitos (não generalizando) depreciam o trabalho deste profissional não policial.

18 Segundo o MP, o inquérito em “pacote” é aquele que não contém ligação dos fatos com o delito propriamente dito, fazendo com que o mesmo seja questionado e que a lavratura seja refeita na DP de origem. Passando desapercibido pelo MP e pelo Poder Judiciário, pode ser questionada pela defesa do(a) acusado(a) em questão – prática que ocorre bastante.

não-participante. Ir ao campo de atuação na DP, despojar-se do olhar viciado nas mesmas direções e do olhar no vazio; despojar-se da pretensão de já saber tudo, já conhecer tudo ou da ansiedade em objetivar ações sem procurar antes entender melhor a realidade. Foi um primeiro mapeamento exploratório do trabalho de campo. Aprender os conflitos visíveis e a correlação de forças no espaço de trabalho. É estar presente em cada passo, saber descobrir os códigos que o campo nos apresenta, a semiótica do espaço. Ter

(...) pescoço de coruja', olhar ao redor, para todas as direções. Não deixar que o acaso nos pegue totalmente de surpresa. Estranhar o que nos é familiar e familiarizar-se com o estranho sem nos confundirmos com ele (Silva&Milito, 1995; 35).

A observação participante deu-se com abordagens e contatos mais próximos. É a etapa em que normalmente se é abordado antes de abordar. É quando se responde às perguntas dos sujeitos sobre o que se vai querer saber o que se faz ali naquele que é o seu território. Quer saber o que significa esse olhar que se lança sobre ele(s). É o primeiro momento da fala e da escuta, do diálogo por excelência. Da dialogicidade dos sons e não apenas dos olhares e dos corpos movendo-se no espaço comum. Geralmente tais encontros foram no espaço do trabalho na DP ou no espaço fora do âmbito policial como bares, restaurantes ou palestras e curso na Academia de Polícia.

A abordagem segundo Monteiro (1999) significa tocar, chegar em, intervir em uma situação determinada, com objetivos claros e definidos aprioristicamente. As abordagens, em geral, foram planejadas e discutidas. Vai-se para o campo com o intuito de intervir em determinada situação, com determinado grupo e local de trabalho. A abordagem pode ser realizada com atividades, com encaminhamentos para a entrada na DP, ou pode ser um diálogo para conhecer mais profundamente aquela realidade e vir melhor preparado da próxima vez.

Depois da percepção do espaço do campo dentro da DP, e de várias experiências de práticas inter no trato da violência

doméstica, para prosseguir com o estudo pretendido fez-se grupos focais com equipes de plantão – constituídas de profissionais policiais e não policiais – e as entrevistas semi-estruturadas com os profissionais não policiais (assistentes sociais e estagiários de Serviço Social) inseridos em delegacias especializadas nos Estados de Minas Gerais e Bahia. O grupo focal, segundo Rizzini, Castro&Sartor (1999) é utilizado tanto na pesquisa qualitativa, quanto na quantitativa, para elucidar questões do pesquisador, antes da escolha, formulação e aplicação de outras técnicas de coleta de dados. A organização de um grupo de trabalho focal é útil para que se levante os interesses junto aos sujeitos, acerca de suas expectativas e necessidades em relação ao tema a ser estudado. Os grupos focais realizados em 02 (duas) delegacias de polícia do estado do Rio de Janeiro¹⁹, enquanto as entrevistas foram feitas em 02 (duas) delegacias no estado da Bahia²⁰ e uma no estado de Minas Gerais²¹.

Na elaboração dos grupos focais, foram feitas quatro reuniões – nos horários de plantão na DP – com o grupos constituídos por 8 pessoas (sendo 7 policiais civis e o profissional não policial, autor deste trabalho²²) em cada delegacia de polícia. Quatro questões foram propostas no grupo focal composto e nas entrevistas semi-estruturadas. São elas: (1)O QUE VOCÊ SABE SOBRE INTERDISCIPLINARIDADE?; (2)VOCÊ JÁ TEVE EXPERIÊNCIAS OU TRABALHOS E/OU INVESTIGAÇÕES COM OUTROS PROFISSIONAIS DE OUTROS SABERES E CONTEÚDOS?COMENTE; (3)O QUE VOCÊ SABE SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?VOCÊ JÁ ATENDEU MUITOS CASOS/OCORRÊNCIAS? VOCÊ JÁ TRABALHOU COM OU-

19 Das duas delegacias de polícia, apenas uma era especializada: DEAM (Delegacia Especializada ao atendimento à Mulher) – dados coletados em três grupos focais e entrevistas individuais entre 2004 e 2005.

20 As duas delegacias são especializadas ao atendimento à mulher (DEAM), situadas na cidade de Salvador-BA (dados coletados em entrevistas entre 2008 e 2010)

21 Delegacia especializada no atendimento à mulher (DEAM Juiz de Fora/MG); dados coletados em entrevistas em 2005)

22 No caso deste estudo e de sua centralidade – um assistente social.

TROS PROFISSIONAIS POLICIAIS OU NÃO?; (4)QUAL A IMPORTÂNCIA QUE VOCÊ ACHA OU NÃO DE TRABALHAR COM OUTROS PROFISSIONAIS (SENDO ELES POLICIAIS OU NÃO) NA ELUCIDAÇÃO DE CASOS E OCORRÊNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA?

No grupo focal, a qualidade das respostas e dos debates foi acima das expectativas, principalmente entre os profissionais policiais, pelo menos dos mais novos ingressantes dos quadros da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Nas entrevistas – entre os profissionais não policiais (das três unidades federativas: RJ, MG e BA), o que chamou atenção foi o desconhecimento das estagiárias sobre o tema central proposto, enquanto as profissionais – já graduadas – sendo duas delas atuantes nas DEAM's - já ouviram sobre o tema proposto e possuem certa experiência de práticas interdisciplinares.

Na 1ª pergunta – no grupo focal – onde foi questionado se os mesmos já ouviram sobre o tema central, objeto deste estudo, as respostas chegaram a uma axiomática em comum, como por exemplo, “*consenso entre disciplinas*”, “*espaço onde profissionais de diversas áreas se interagem*”, ou “*união de conhecimentos em torno de um objetivo em comum*”. Os policiais civis mais novos do corpo da Polícia Civil estão muito mais familiarizados com o tema que os mais antigos. Alguns policiais inseridos neste estudo (entre 4 a 5 integrantes que participaram no grupo focal) são graduados em cursos de ensino superior ou na área de humanas ou na de saúde, e já tiveram experiências de práticas inter em outros espaços sócio-ocupacionais antes de ingressarem à Polícia Civil. Porém, houve certas confusões entre práticas multi e inter, além de todos colocarem que a prática pluri-auxiliar como a mais usada nos procedimentos que antecedem o fechamento do inquérito.

Na 2ª pergunta foi questionado sobre a oportunidade de terem tido outras experiências de trabalhos multiprofissionais em investigações policiais – que não precisava ser somente no trato de violência doméstica. Entre os mais novos no corpo da Polícia Civil foi colocado que o campo do Direito não responde às questões mais delicadas como o da violência intrafamiliar, e que precisa da complementaridade de outros campos do saber. A

maioria teve experiências anteriores em estágios probatórios nas DEAM's integradas ao programa. Entre os mais antigos (com mais de 15 anos na polícia), somente há o reconhecimento de outros policiais denominados "peritos" como o médico legista e o perito criminal²³ propriamente dito. Porém, todos foram unânimes em dizer que a inclusão do "Balcão de Atendimento" – juntamente com o seu corpo de profissionais não policiais (assistentes sociais em sua maioria) – foi o ponto de inflexão na mudança, não só da estrutura dentro de uma delegacia de polícia, como também na metodologia e configuração dos serviços prestados no âmbito da segurança pública.

No 3º questionamento – ainda no grupo focal – houve vários debates sobre o tema "violência doméstica", mas também de experiências anteriores com o tema e, se já haviam trabalhado com profissionais não policiais. Neste momento, todos – sem exceção, ou seja, os sete policiais civis – colocaram a necessidade de ter um profissional não policial que possua conhecimento aprofundado e especializado sobre o tema, não para ajudar na resolução apenas, mas para somar e complementar com outros campos do saber necessários para a boa elucidação destes casos. A presença de profissionais policiais formados em áreas diferentes ao do Direito, também é importante na constituição das equipes, segundo todos os policiais presentes neste grupo de discussão. Porém, no trabalho com o tema "violência doméstica", muitos concordaram que há diferença no tratamento dependendo da vítima. Cinco dos policiais participantes do grupo focal responderam que tendem a depreciar o discurso da vítima quando é mulher – principalmente quando envolve as chamadas "fubazadas" ou "feijoadas" – em que há apenas violência física de pequenas proporções ou de natureza psicológica. O tratamento e o discurso da vítima mulher possui valor à medida que a violência perpetrada do agressor aumenta a sua magnitude, e principalmente quando "respinga" na prole. Quando o abuso é sofrido

23 Para ser perito criminal é preciso ter o ensino superior. A maioria deles são farmacêuticos, contadores ou engenheiros.

por crianças ou adolescentes, quanto menor a faixa etária, maior o despreparo e a incapacidade de lidar com o tema, principalmente quando a violência detém alto nível de crueldade e quando tanto o possível autor(a) e a vítima são do mesmo sexo. Na fala de um dos policiais mais veteranos da Polícia Civil foi colocada uma preocupação que é comum entre os membros da equipe:

É necessário reciclarmos, mas a academia está fazendo isto de forma errada, privilegiando apenas a área criminológica. Nos sentimos em desafagem perante outros profissionais que tiveram oportunidades e experiências com outras áreas do conhecimento(...). Temos que correr por fora, para não ficarmos atrás(...) Estamos fazendo isto agora, neste grupo.

A mudança na cultura destes profissionais também foi um fator levantado. Muitos, devido a conversas, reciclagens, debates e vivência profissional na elucidação de casos de violência intrafamiliar, mudaram o “olhar” quanto a concepção do tema e modo de tratá-lo, porém admitem que a cultura arcaica que perpassa no meio policial ainda é bastante forte para ser mudada “*de uma hora para outra – leva tempo e paciência*”.

Na 4ª pergunta foi questionada a importância de se trabalhar juntamente com outros profissionais – policiais ou não – oriundos de vários campos do saber. Além de terem colocado a supremacia imperialista do Direito sobre outras áreas do conhecimento, todos da equipe colocaram que a renovação nos quadros da Polícia Civil não só profissionalizou o policial civil, como quebrou o paradigma do *modus operandi* de fazer uma condução investigatória contando apenas com o direito penal. Também foi colocado que a presença do profissional não policial, além de ter modificado não só o espaço, a correlação de forças²⁴ dentro de uma DP; ajudou a humanizar a relação cliente/usuário – policial. Eles colocaram a importância dos “profissionais do Balcão” de serem considerados uma ponte – um elo de aproximação – entre

24 Tornar o meio policialesco menos autoritário.

os usuários dos serviços de uma DP e o policial. A fala de um dos policiais é significativa:

Antes um não suportava a presença do outro. A infra-estrutura também não ajudava. A entrada do ‘pessoal do Balcão’ e a mudança espacial feita pelo Grupo Executivo dentro das DPs não só humanizou como também nos aproximou do cidadão, que vem em busca de auxílio e direitos. E além disso, isto ajudou a melhorar a nossa imagem, já tão manchada, com a população.

Nas entrevistas com os profissionais não policiais (assistentes sociais e estagiários). Na 1ª pergunta sobre o tema interdisciplinaridade, a perspectiva de um trabalho multiprofissional foi bastante evidenciada. Os estagiários – como já mencionado anteriormente – desconheciam o tema proposto neste questionamento, e as graduadas reforçam dizendo que só começaram a discutir sobre a prática interdisciplinar em cursos de extensão e especializações. A graduação, muitas das vezes, não aderiu as discussões sobre a interdisciplinaridade, e isto é comum nos cursos na área de humanas, inclusive no Serviço Social. As graduadas – assistentes sociais – que atuam nas DEAM’s demonstraram domínio sobre o tema, além da militância colocada no combate à violência contra a mulher, isto exposto na fala de uma delas:

Bastante necessário para o trabalho social em geral. A troca e complementaridade de conhecimentos e saberes é fundamental para o melhor desenvolvimento do trabalho que está sendo desenvolvido. Porém, mesmo com a nossa militância contra tal violência contra a população alvo que esta DP atende, há o assédio moral presente nas DPs, inclusive nas DEAMs. Aos poucos e a cada dia vencemos uma batalha contra isto, que é a violência de gênero dentro do campo do trabalho. A profissional, neste caso, deve estar preparada para isso e buscar, não só a superação de tal prática, como a sua identidade.

Também informaram que a centralidade da violência doméstica nas DEAMs exige, e muito, a prática interdisciplinar nos

procedimentos de atendimento dentro da DP, mas as experiências ainda são pontuais.

No 2º questionamento colocaram experiências de trabalhos multiprofissionais na elucidação de casos na DP – sem que houvesse propriamente casos de violência doméstica. A que atua em uma DP não especializada colocou que nunca teve tal experiência – nem em casos de violência intrafamiliar. As três que atuam nas DEAMs disseram que nem sempre essa “troca” ocorre da maneira mais enriquecedora, pois os conflitos são constantes. Por mais que estejam lidando com profissionais que tem algum preparo para esse atendimento específico, além da experiência profissional com este perfil de vítima, muitas vezes, as situações são consideradas como de pouco ou menor importância ou se culpabiliza a vítima por estar e manter a relação conflituosa, não levando em consideração os diversos fatores pré-existentes, como por exemplo a dependência, a falta de auto-estima e de auto-confiança, que fazem com que a vítima tenha essa postura. Com isso, não pode considerar o trabalho investigativo, pois para que seja realizado um registro de ocorrência (RO) em uma DEAM, é solicitado da vítima todos os dados necessários para que seja dado prosseguimento ao processo. E muitas vezes a vítima é “bicada”, ou desestimulada a buscar a responsabilização pela agressão cometida, pelos próprios profissionais policiais, que depreciam o seu discurso. Embora, o autor deste trabalho tivesse mais de uma experiência em entrevistas de revelação de abusos – inclusive de natureza sexual – mesmo as profissionais que atuam nas DEAMs colocaram que nunca tiveram tal oportunidade.

Na 3ª pergunta – que questiona sobre conhecimentos na área de violência doméstica e sobre experiências no trato do tema – tanto as estagiárias como as profissionais não-policiais colocaram que o conhecimento sobre o tema não é abrangente e que necessitam de reciclagens e aperfeiçoamento para se sentirem mais seguras na sua intervenção. E, além disso, elas só não atuaram no programa de fato no trato da violência intrafamiliar por causa da recusa de muitos policiais civis desqualificarem a sua atuação – já dito anteriormente – ficando apenas nos encami-

nhamentos para a rede de referência, sem um acompanhamento em conjunto dos inquéritos. Algumas colocaram que se sentem como “*receptionistas de luxo*”, e colocam que o gênero é fator determinante para a “*boa ou má*” entrada no meio policial. O autor foi muitas vezes questionado sobre a sua atuação na DP onde estava lotado, e para a surpresa das assistentes sociais, como das estagiárias, vêm a Polícia Civil, como o meio a sua volta, como um “*clube do Bolinha*”, alusão aos personagens de uma história em quadrinhos, onde um grupo de meninos não deixavam as meninas frequentarem o seu espaço. O autor deste estudo informou que embora tivesse as suas dificuldades no seu ingresso nas equipes de plantão, outros fatores, como a capacitação, ajudaram-no e propiciaram um trabalho feito de maneira interdisciplinar. Quando foi questionado se a equipe de assistentes sociais e estagiários fosse do sexo feminino; as mesmas foram unânimes em dizer que apesar de toda sensibilidade feminina no trato de certos assuntos mais delicados, o profissional do sexo masculino – detentor dos mesmos atributos da profissional, além de ser capacitado perante o tema – possui a preferência por ser mais seguro e metucioso (segundo os profissionais policiais, características masculinas imprescindíveis) para complementar na elucidação de tais casos.

Já na 4ª e última pergunta – que questiona a importância ou não de trabalhos e experiências multiprofissionais nos casos de violência doméstica – todas sem exceção colocaram que apesar das dificuldades impostas pelos policiais civis há tentativas de implementar uma prática interdisciplinar aos poucos, mas o trabalho multidisciplinar foi, ainda a única perspectiva alcançada por enquanto. Colocaram também a importância do atendimento e do acolhimento (e sua subsequente triagem) como responsável pela humanização na comunicação com o cliente/ usuário, e também na facilidade do acesso a serviços públicos existentes na rede de referência. Porém, uma fala de uma das assistentes sociais – do estado da Bahia, que atua em uma da DEAM e confirmada pelas outras “*profissionais não-policiais*”, é importante destacar:

Não posso dizer que todas as parcerias realizadas tenham sido experiências positivas, mas se levar em consideração que toda experiência traz um enriquecimento profissional e conseqüente amadurecimento, foi possível vislumbrar diversas modalidades de bons e maus atendimentos. Expressando-me melhor, no nosso caso, bons ou maus encaminhamentos, é o que podemos fazer por enquanto.

Mediante tais relatos e respostas às entrevistas e aos grupos focais, vê-se que há o conservadorismo de abordagem estrutural-funcionalista que potencializa o imperialismo epistemológico do Direito positivo, bem como a estrutura repressora e inquisidora da Polícia Civil (e em estrutura maior - as políticas de segurança pública) estão presentes na formatação do processo de trabalho das equipes de plantão inseridas nas delegacias de polícia pesquisadas. As práticas multidisciplinares e pluri-auxiliares são correntes e comumente visualizadas, deixando de lado demais profissionais – policiais ou não – que poderiam fazer a ponte interdisciplinar necessária para a construção de uma rede socioassistencial transdisciplinar, que consolide de fato a intersetorialidade das políticas públicas (Sá, 1995; Casanova, 2006; Garcia, 2010).

Conclusão: “o olhar – fazer interdisciplinar” - uma realidade pontual e a produção material e imaterial dos assistentes sociais

Embora a presença do campo hegemônico do Direito positivo já descrito, há casos pontuais vivenciados dentro de uma DP, em que pode-se visualizar o “olhar interdisciplinar”, retirado de Sá(1995), e apropriado nas discussões entre o profissional não policial²⁵ e os demais policiais de uma determinada equipe de plantão, constituída pelo Delegado de Plantão, dois Inspectores de Polícia, dois Oficiais de Cartório e um Investigador de Polícia. Nos casos crescentes e corriqueiros de violência intrafamiliar na região chegada à DP, foram feitas várias reuniões, que foram frutos de conversas ocasionais do delegado com o supervisor de

25 O profissional não policial em questão é o autor deste trabalho que ocupava o cargo de Supervisor de Atendimento Social dentro do Programa Delegacia Legal.

atendimento social (assistentes sociais em sua maioria), depois socializadas com os demais profissionais policiais. O objetivo em comum era como lidar, e como fechar os inquéritos de forma mais completa possível e concisa, para que não houvesse impunidade, e que a(s) vítima(s) fosse(m) bem encaminhada(s) aos serviços de referência.

A coordenação do plantão tendo a centralidade na figura do delegado, definia apenas os procedimentos e não o resultado, pois o mesmo deveria ser construído por todos, além de buscar possíveis resoluções ou ramificações. A horizontalização das relações de poder era notório durante tais intervenções, cujo objetivo primordial era a identificação de um axioma em comum, ou seja, o inquérito fechado e sem falhas, com desdobramentos que não ficassem apenas nas muralhas do Direito Penal. A questão da punição legal e a obtenção inquisidora da verdade tornam-se importantes, mas não centrais. A vítima, o seu contexto sócio-familiar, o conhecimento da legislação específica e o sistema de proteção social tornaram-se parte dos saberes construídos por esta equipe. A não re-vitimização destas vítimas também tornou-se ponto central, embora houvesse dificuldades, mas a preocupação era eminente. No caso de vítimas abaixo dos 12 anos de idade, o papel do assistente social era de suma importância na confirmação e na coleta dos dados sobre o fato ocorrido.

Este saber construído rendeu resultados expressivos para esta equipe, onde não só o delegado, coordenador desta edificação, é o responsável pelo inquérito, mas os profissionais policiais e o profissional não-policia – responsável pelo Atendimento Social²⁶ – assinam o corpo do documento final que era encaminhado (sem retorno) para o Ministério Público (MP) e à Vara Criminal correspondente.

A experiência interdisciplinar nesta DP era mais recorrente nos casos extremados de violência cometida contra crianças e adolescentes. Nos casos de violência contra a mulher, em sua maioria, não eram resolvidas de forma interdisciplinar já descri-

26 Geralmente ocupados por assistentes sociais.

ta, excetuando nos casos onde a violência era estendida à prole.

A produção material dos assistentes sociais neste contexto fica na redistribuição da mais valia produzida e agregada socialmente – via salários indiretos – conformadas em serviços públicos prestados à população tanto nas políticas de segurança pública, intersetorizando-se com as demais políticas de saúde e da assistência social (Sá, 1995; Yamamoto, 2005; Garcia, 2010). Com o conservadorismo imperialista presente, tal materialidade entra em colapso e a visibilidade profissional do Serviço Social dentro do âmbito policial se torna desqualificada e subalterna, potencializada pela discriminação de gênero. Subsequentemente, a imaterialidade é comprometida, mesmo com o conhecimento da maioria da categoria de assistentes sociais do projeto eticopolítico-profissional, o produto de seu trabalho ideológico fica cada vez mais a favor de uma hegemonia – que desqualifica o discurso de gênero – corporificada de uma prática que ainda perdura conservadora e sincrética ideologicamente (Netto, 1998; Garcia, 2010). Nos estados da BA e MG, esta prática profissional supracitada é mais evidente.

Fecha-se este trabalho após a exposição sobre as experiências relatadas não só pelo autor, mas pelos profissionais envolvidos nos casos relatados. Tratou-se da atuação dentro do âmbito policial, que neste estudo é um espaço em microescala do que o Estado e o meio societário concebem sobre o tema Violência Doméstica. Mesmo notando-se que os profissionais envolvidos possuíam conhecimentos específicos dessa temática dentro dos campos de saber os quais pertencem, o “*olhar e o fazer interdisciplinar*”, não seguiu o seu percurso integral; não se conseguiu construir e resultar um saber novo e autêntico, pois mesmo com todo o apoio do grupo de profissionais policiais e não-policiais e dos grupos gestores dos serviços e programas das políticas de segurança pública (no caso do estado do RJ – O “Programa Delegacia Legal”), a organização e a prática adotadas ainda impedem que os novos caminhos cheguem à sua conclusão. Em casos pontuais e focais não há a ponte necessária e nem tempo necessário para se fazer o elo para se chegar a este saber novo, embora as experi-

ências, na escala micro, resultaram em avanços importantes, que não podem ser desprezados. O que se pode colocar como principal fator que obstrui o caminho é a presença da velha estrutura arcaica da Polícia Civil ainda presente nos três estados da federação citados (RJ, MG e BA), demonstrada que ainda perdura a cultura do estado de exceção bem presente em nosso país: **“até que se prove o contrário, você é culpado!”**.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G.E.S., MELO, A.I.S.C. Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 02: NEAD/CEAD – UnB, dez/1998.*

ALMEIDA, M.H.T. A relação igualdadeXdesigualdade: um sonho em eclipse In: SERRA, R (org.). *Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens*, PETRES-FSS/UERJ, Cortez Ed., SP, 2001.

ARIÈS, P. *A História Social da Criança e da Família*, LTC ed., 2ª edição, 2000. (Tradução: Dora Flaksman).

CALVACANTE, G., *Serviço Social de Grupos: Método e modelos teóricos*; Agir editora, São Paulo, 1977.

CASANOVA, P.G. *A interdisciplinaridade e a complexidade das ciências sociais*. Ed. Vozes, Petrópolis-RJ, 2005.

CHAUÍ, M. *Perspectivas antropológicas da mulher 4 –sobre mulher e violência*, Zahar Editores, 1985.

CROMBERG, R.U. *Cena incestuosa: abuso e violência sexual*, Coleção Clínica Psicanalítica – Casa do Psicólogo, SP, 2001.

DONZELOT, J. *A Polícia das Famílias*. Graal Ed., 3ªed., São Paulo, 1986.

FORTI, V.L., MARCONSI, C. Em tempos neoliberais, o trabalho dos assistentes sociais em cena. In: SERRA, R (org.). *Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens*, PETRES-FSS/UERJ, Cortez Ed., SP, 2001.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*, Ed. Vozes, 27ªed., Petrópolis/RJ, 2003.

GARCIA, M. H. *Serviço Social e Violência Doméstica: entre o olhar e o fazer interdisciplinar*. Ed. Michael H. G. Teixeira – Clube de Autores/Agbook, Salvador-BA, 2010.

GUERRA, V.N.A. *Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada*, Cortez ed., 4ª ed., São Paulo, 2001.

IAMAMOTO, M.V. *Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.*, Cortez Ed., 8ª edição, São Paulo, 2005.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*, Rio de Janeiro, Imago, 1976.

MINAYO, M.C.S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. In: *Cadernos de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ*, RJ, 1985.

NETTO, J.P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social.*, Cortez Ed., 2ª edição, São Paulo, 1998.

PONTES, R.N. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, mod.4, UnB-CEAD. Brasília-DF, 1999.

RIZZINI, I. , CASTRO, M.R. , SARTOR, C.D. Pesquisando: Guia de Metodologia de Pesquisa para Programas Sociais. *Série Banco de Dados-6*, Ed. Universitária Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 1999.

SÁ, J.L.M. (org.). *Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão*, 2ªed.. Cortez Ed, SP, 1995.

SARALEQUE, F.E., Aspectos Básicos do Serviço Social Criminológico. In: *CBCISS n°125*, mimeo, 1977.

SEIBLITZ, Z. Três dimensões da noção de interdisciplinaridade. In: *Debates Sociais n°54/55*, CBCISS e Deptº de Serviço Social da PUC/Rio, RJ, 1995.

SESP/RJ – Programa Delegacia Legal. Portifólio –DP: Em busca da qualidade. (mimeo), Nova Iguaçu/RJ, 2004.

SILVA, H.R.S. , MILITO, C. *Vozes do Meio-Fio: Etnografia* . Ed.Relume Damará, Rio de Janeiro, 1995.

VASCONCELOS, E.M. *Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: Epistemologia e Metodologia Operativa*. Ed.Vozes, Petrópolis/RJ, 2002.